



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

O SABER FAZER, A QUALIFICAÇÃO E O TRABALHO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

THE KNOW-HOW, QUALIFICATION AND WORK IN INDUSTRIAL FOOD PRODUCTION IN VITÓRIA DA CONQUISTA / BA

(Recebido em 06-09-2019; Aceito em 26-08-2023)

Adriana David Ferreira Gusmão

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Sergipe, Brasil

Professora Adjunta, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Vitória da Conquista, Brasil

adrianadgusmao@gmail.com

Resumo

O artigo em questão resultou dos estudos realizados durante o doutoramento e que analisou a formação dos trabalhadores das indústrias de alimentos de Vitória da Conquista/BA. Foi constatado que os postos de trabalho da produção de alimentos são ocupados por trabalhadores que não são exatamente capacitados, mas “moldados” para a repetição de tarefas necessárias à fabricação de determinado produto alimentício. Os contratantes se valem do conhecimento tácito, aquele aprendido em casa ou através da transmissão de práticas dos antepassados, além das condições efetivas para aprender. Constatou-se, igualmente que, na dinâmica do capital as atividades laborais foram, aos poucos, sendo moldadas ou adaptadas à medida que ocorreram reestruturações do sistema produtivo e, do mesmo modo, o tratamento dado às questões relacionadas à qualificação do trabalhador também foram tomando novos sentidos dentro dos sucessivos arranjos. No setor de alimentos, um desses arranjos diz respeito ao “aproveitamento” da força de trabalho daquele que não possui formação escolar ou capacitação técnica, mas que apresenta os requisitos da prática para o exercício laboral, principalmente na produção de biscoitos, pães e bolos. A discussão em torno da escolarização e da qualificação do trabalhador não pode ser feita sem que se trate a respeito da formação de força de trabalho para a indústria, pois existe um consenso social a respeito dessas questões e que pairam sobre todo o discurso acerca do emprego ou do desemprego.

Palavras-Chave: Qualificação; Indústria; Reestruturação Produtiva.

Abstract

The article in question resulted from studies conducted during the doctorate and which analyzed the training of workers food industry in Vitória da Conquista / BA. Food production jobs have been found to be occupied by workers who are not exactly skilled but “shaped” to repeat the tasks necessary to manufacture a particular food product. Contractors draw on tacit knowledge, that learned at home or through the transmission of ancestral practices, and the effective conditions for learning. It was also found that, in the dynamics of capital, labor activities were gradually being shaped or adapted as the productive system restructured and, similarly, the treatment of worker qualification issues was

also taking new meanings within successive arrangements. In the food sector, one of these arrangements concerns the "harnessing" of the workforce of those who do not have a school education or technical qualification, but which presents the practical requirements for working, especially in the production of cookies, breads and cakes. The discussion about schooling and worker qualification cannot be done without dealing with the formation of the workforce for the industry, as there is a social consensus on these issues that hang over the whole discourse about employment or unemployment.

Keywords: Qualification; Industry; Productive Restructuring.

Introdução

O presente trabalho aborda a discussão sobre a relação entre Indústria, Capital e Trabalho e tem como objetivo central o tema da qualificação e do trabalho na produção industrial de alimentos em Vitória da Conquista/BA; intencionando, também, uma contribuição crítica sobre a formação da classe trabalhadora na acumulação capitalista. Esse sistema, por sua vez, indica caminhos para que a contratação de força de trabalho se dê de duas maneiras: utilizando a baixa escolaridade e a falta de qualificação para contratação de mão de obra barata e outra, que utiliza o conhecimento tácito e a experiência de vida para a realização das atividades laborais.

A pesquisa realizada se justifica pela importância de se analisar os aspectos do trabalho no âmbito da acumulação capitalista e suas interfaces com a escolarização do trabalhador da indústria que, por sua vez, é parte das transformações impostas pelo capitalismo mundial, visando apresentar, ao mesmo tempo, as transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos na vida do trabalhador no contexto do capital.

Compreendida como pedra angular para o desenvolvimento de qualquer sociedade, a educação, mais do que qualificação, significa, também, consciência, conhecimento de mundo e aprimoramento das formas de viver. Entretanto, longe de cumprir as suas mais nobres funções, a educação, tanto aquela oferecida pelo núcleo familiar como pelo poder público e, pelas escolas, ao longo do tempo histórico, apresentou-se de forma consonante com o sistema produtivo vigente e moldou-se à forma das revoluções industriais que, por sua vez, sempre mantiveram correspondência com os interesses do capital, num ciclo que se retroalimenta.

À escola, de certa maneira, coube a função majoritária de formar o contingente de trabalhadores para realizar a produção, garantindo minimamente, o ensino da leitura, da escrita e da contagem para a execução das tarefas. Assim, a escolarização¹ de um exército de reserva foi estruturada sob a égide do capitalismo que, de forma acachapante, delineou as ações da escola básica.

¹ No presente artigo, o termo **escolarização** é utilizado para representar o conjunto de conhecimentos adquiridos na escola.

As diferentes fases da Revolução Industrial afetaram de maneira substancial e permanente a certo número de países. A nova dinâmica produtiva e os seus efeitos nos cenários social, educacional, político e econômico marcaram para sempre a história das nações. Campo e cidade, manufaturas e fábricas, sociedade e indivíduos vivenciaram múltiplas e pulsantes metamorfoses. Diferentes setores da vida foram (re) configurados: trabalho, comportamento e o fazer cotidiano se refizeram, sob novas condições. Principais vítimas do processo que ora se instalava e se desenvolvia, os trabalhadores estavam submetidos aos efeitos do “vapor e da máquina” que revolucionaram a produção na indústria.

Desenvolvimento

Junto aos efeitos da Revolução Industrial promovidos pelo desenvolvimento do capitalismo, emergia o sistema que desencadearia uma série de mudanças em todos os segmentos da vida humana e determinaria o funcionamento das estruturas sociais, econômicas e políticas.

No âmbito da formação de força de trabalho para a indústria é importante discorrer sobre os mecanismos que se constituíram para fortalecer e reafirmar as bases de cooperação entre Estado e Capital e, foi através da escolarização que isso se deu de maneira clara. Mészáros afirma que;

As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as *determinações educacionais gerais da sociedade* como um todo (MÉSZÁROS, 2008, p. 43, grifos do autor).

Reconhecida por muitos como meio de ascensão social sob a ótica da meritocracia, a escola, vista com a lente do sistema capitalista representa os mais fieis interesses do capital quando se coloca apenas como formadora da força de trabalho para o mercado, reforçando o produtivismo da educação na “melhoria” das pessoas, deixando subentendido que maior escolaridade representa melhores chances de conquistar o emprego almejado e melhorar as condições de vida e existência. O contrário disso, que seria a ausência ou baixa escolarização, é tida como responsabilidade inteira do próprio trabalhador e seria a justificativa pelo fracasso ou baixos salários percebidos. A fala de um operário entrevistado confirma essa ideia: “É certo que eu estaria bem melhor na vida se tivesse estudado mais, mas não deu, tenho que me conformar com a escolha que fiz”. (Trecho de um relato de operário da indústria de alimentos, pesquisa de campo, 2017).

De acordo com Harvey (2008), a tecnologia e a escolarização, não trouxeram implicações diretas ou significativas no sistema capitalista, mas sim o contrário. A (des) regulação econômica produzida e a reestruturação permanente do mercado se opõem a qualquer proposta de equilíbrio social e de formação crítica, o que por sua vez, preserva a acumulação e a valorização do capital

quando “inclui” na formação da força de trabalho, aqueles que são marginalizados e destituídos de direitos, tais como os idosos, as crianças e os familiares que produzem com “mãos invisíveis”.

Considerando os aspectos apontados até aqui, é possível dizer que os movimentos cíclicos do capital e a sua crise estrutural traduzida pela queda da taxa de lucro², pela superprodução, pelos desgastes nos modos de produção baseados no taylorismo-fordismo e na hipertrofia do sistema financeiro, refletiram nas relações de trabalho e na intensificação da exploração dos trabalhadores assim como submetem, continuamente, a força de trabalho à necessidade permanente de continuar produzindo mercadorias e mais-valia. Nesse sentido, a adesão dos trabalhadores ao sistema capitalista produz a força necessária para que o controle do trabalho e dos processos de escolarização se instale.

Ao longo da história, a capacidade de trabalho foi potencializada por alguns sistemas: o uso da natureza, a tecnologia, a organização do trabalho, a escolarização e a qualificação técnica. No entanto, para Marx (2004) o trabalhador foi transformado em objeto ao tempo em que fora destituído do acesso aos produtos que ele mesmo fabrica, assim como fora condenado a permanecer ignorante e mal formado.

Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Ele produz palácios, porém choupanas é o que toca ao trabalhador. Ele produz beleza, porém para o trabalhador só fealdade. Ele substitui o trabalho humano por máquinas, mas atira alguns dos trabalhadores a um gênero bárbaro de trabalho e converte outros em máquinas. Ele produz inteligência, porém também estupidez e cretinismo para os trabalhadores (MARX, 2004, p. 4).

Por esse motivo, a escolarização do trabalhador é vista unicamente como elemento mediador para a efetivação do trabalho. Assim, os propósitos do conjunto de conhecimentos transmitidos pela escola encontraram substantivo significado para a efetivação dos processos do trabalho quando tem como objetivo principal, a transformação da natureza para atender às finalidades humanas. A escolarização promovida pela transmissão do conjunto imaterial representada pelos elementos culturais é o que possibilita influenciar os homens para agir de acordo com o modo de produção e ao comportamento social esperado. Significa, sobretudo, alienação real do produto do trabalho, do conhecimento e da própria existência enquanto sujeito histórico da sua própria vida, insignificante no processo de produção de mercadorias, ele mesmo transformado em coisa, que não precisa pensar ou mudar a sua forma de viver.

Alienado do próprio produto do seu trabalho, o homem aliena-se também do seu próprio intelecto e passa a pensar na lógica que lhe é imposta ao sabor do modo de produção capitalista. Alienar-se significa ser destituído do que faz e do que pensa. Segundo Marx (2004);

² A taxa de lucro se liga ao capital, ao crescimento econômico e ao pleno emprego (SOUZA, 2011, p.85).

É justamente em seu trabalho exercido no mundo objetivo que o homem realmente se comprova como um ser genérico. Essa produção é sua vida ativa como espécie; graças a ela, a natureza aparece como trabalho e realidade dele. O objetivo do trabalho, portanto, é a objetivação da vida como espécie do homem, pois ele não mais se reproduz a si mesmo apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente e em sentido real, e vê seu próprio reflexo em um mundo por ele construído. Por conseguinte, enquanto o trabalho alienado afasta o objetivo da produção do homem, também afasta sua vida como espécie, sua objetividade real como ente-espécie, e muda a superioridade sobre os animais em uma inferioridade, na medida em que seu corpo inorgânico, a natureza, é afastado dele (MARX, 2004, p. 8).

A escolarização passa a ser entendida no contexto do modo de produção capitalista à guisa de três aspectos: 1) pela necessidade de reprodução social do homem, 2) pela necessidade de mediação entre o homem e o conhecimento, patrimônio imaterial cultural e 3) pela necessidade de transmissão dos conhecimentos acerca da transformação da natureza, aproximando-se do trabalho.

No âmago da terceira revolução industrial, na década de 1940 e nas crises estruturais do capital a partir das décadas de 1960-1970 reforçam-se as ideias de trabalhador polivalente e multifuncional, assim como entram em voga as competências e habilidades, as inteligências múltiplas, os métodos de resolução de problemas, a crítica e o construtivismo, em nome da formação de um novo homem. Nesse sentido, a escolarização passaria a ser o vetor da formação de subjetividades da nova ordem mundial e para a formação de um indivíduo adequado e integrado à nova realidade, disforme, diversa e (re) organizada do capital. Para Mészáros (2008):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria história teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito (MÉSZÁROS, 2008, p. 36, grifo do autor).

A crise estrutural do capital, desde que foi iniciada, em meados da década de 1970, trouxe em si a deformação dos condicionantes do emprego e a ampliação do acesso à educação formal. Dessa maneira, estavam elaborados os elos entre processo produtivo e a necessidade de escolarização e responsabilização do trabalhador pelo emprego ou pelo desemprego. A elevação dos níveis de capital, o aumento da produtividade do trabalho, mas a redução dos consumidores potenciais causada pelo desemprego estrutural promove um cenário de excedente de produção e na queda da taxa de lucro. A escolarização, no contexto da crise, torna-se um elemento mediador da totalidade social, ou seja, passa a ser um dos alicerces de ancoragem da edificação social proposta pelo capital. A totalidade do discurso ideológico contém o ideário sobre a relação entre escolarização e o emprego, ou sobre a falta da escolarização e da qualificação e as taxas de desemprego. No contexto desse discurso o

trabalhador se responsabiliza pela falta ou baixa escolarização ou se submete a ganhar menos para realizar o seu ofício.

A industrialização brasileira iniciada, de fato, no início do século XX, alterou as condições de trabalho, a dinâmica regional do país, a estrutura das frações de classe dominante e o modelo de sociedade. No âmbito político, novos interesses e conflitos emergiram com o intuito de formar uma nova classe burguesa e sua hegemonia sob a tutela do racionalismo taylorista.

As décadas de 1930 e 1940 correspondem ao período de expansão da indústria e da urbanização brasileira e, consequentemente, ao tempo em que inúmeras medidas relativas à educação no país foram tomadas. O período também ficou conhecido pelas mudanças nas relações entre sociedade e Estado, pela perda da força política dos representantes do setor agrário e fortalecimento da burguesia industrial e pelos conflitos de interesses na busca pelo poder hegemônico dos detentores do capital.

É importante destacar que o discurso de democratização do acesso à educação profissionalizante nunca esteve associado à necessidade de formação de pensamento crítico para o rompimento da hegemonia liberal. A escolarização de caráter profissionalizante manteve-se voltada para as classes mais pobres, com cursos de curta duração, para a rápida inserção no mercado de trabalho. Reservada aos pobres, a educação profissionalizante mantém a distinção entre possuidores e despossuído. Ademais, no bojo de toda a discussão acerca da educação no Brasil, instituída nos diferentes tempos históricos através da organização legal do ensino, percebe-se, claramente, a intenção de formação de força de trabalho barata, de nível médio, destinada aos cargos diretamente ligados à produção. De acordo com Saviani (2007):

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável (SAVIANI, 2007, p. 1.253).

No bojo das intenções encontra-se uma proposta clara de utilizar a educação como instrumento de perpetuação das condições socioeconômicas das pessoas de classe social mais baixa, estimulando a não formação de uma consciência, de uma ideologia a favor da emancipação.

Sobre isso Kuenzer (2007) afirma que:

(...) a forma superficial e aligeirada, na maioria das vezes descolada da educação básica de qualidade, reveste as propostas de caráter formalista e demagógico, a reforçar o consumo predatório da força de trabalho ao longo das cadeias produtivas (KUENZER, 2007, p. 28).

Kuenzer (2007) esclarece que, não existe uma real articulação entre educação básica e educação profissional, pois elas apenas reforçam a reprodução do chamado “conhecimento tácito” que

é, por sua vez, composto de experiências pessoais, fragmentos do trabalho domínio de algumas ferramentas tecnológicas e de uma parcela da linguagem que habilita o trabalhador a participar em algumas dimensões da vida social.

O conceito adotado para a análise da formação da força de trabalho da indústria alimentícia põe em relevo o trabalho composto por 3 elementos fundamentais: 1) o uso das capacidades físicas e mentais do ser humano para fabricar um produto, 2) a matéria sobre a qual se aplica o trabalho e 3) os meios de produção que possibilitam a mediação entre sujeito e objeto³. Tanto o elemento 1 como o elemento 2 necessitam do planejamento mental e da aplicação de conhecimentos para sua realização. Assim, as ideias de produtividade do trabalho estão associadas ao manejo do meio técnico e informacional, à aceitação dos novos métodos de gestão, ao comportamento flexível, proativo, propositivo e colaborativo. A gestão do trabalho deve estimular e incorporar a conquista de sonhos, valores e expectativas ao processo produtivo, com o intuito de minimizar os efeitos negativos do trabalho no pretendido aumento da produtividade.

Os meios de produção contêm, na atualidade, a inovação e as tecnologias mais avançadas. O trabalho intelectual, abstrato, engendra a produção e se torna o fator de aumento da produtividade. Antigas funções manuais são substituídas por máquinas que, por sua vez, são produto da ciência humana e que se põe a serviço do capital e, de acordo com Lojkine (1995):

[...] a transferência, para as “máquinas”, de um novo tipo de funções cerebrais abstratas (o que propriamente caracteriza a automação), [que] está no coração da revolução informacional, [...] tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos – e, pois, deslocá-lo para o tratamento da informação. Neste sentido, a revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial (LOJKINE, 1995, p. 14, grifos do autor).

De certa maneira, a ciência e a tecnologia aplicadas à produção tem o fim último de aumentar e produzir capital, não para melhorar as condições de trabalho ou reduzir o esforço físico do trabalhador, por isso, ainda que se fale em revolução técnica e informacional, o trabalho permanece como uma categoria fundante e sua centralidade. A maquinaria, segundo Marx (2013, p. 11), “[...] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo [...]”, ampliando, assim a parte do trabalho que não custa nada ao capitalista.

No modo de produção capitalista, sistema que tem o produto/mercadoria como ordenador social, pode-se afirmar que o trabalhador é coisificado, assim como as relações sociais são tecidas por meio da capacidade humana de produzir coisas, portanto coisificadas. Com a expansão do capital e

³ O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito (MARX, 2013, p. 256).

com a sua instalação como sistema de gerenciamento de tarefas de produção e da vida humana, a educação também é cooptada e encontra-se a serviço dessa engrenagem. Portanto a educação e o trabalho têm as suas práticas orientadas pelo capital que, por sua vez, retroalimenta permanentemente os processos em prol da obtenção do lucro e assim, sucessivamente. Nesse contexto, a qualificação profissional poderia ser considerada uma soma ao valor da força de trabalho, mais um componente da coisificação do trabalhador. Quanto mais o trabalhador é escolarizado, maior seria o valor agregado ao preço da sua força de trabalho. Nessa lógica, o capital vai selecionar os trabalhadores que atendem ao processo de trabalho requerido, desconsiderando o nível de escolaridade, mas considerando sua capacidade de aplicar força e conhecimento tácito ao processo que resulte no produto que deve ser fabricado.

Essa seletividade vai estabelecer sua relação com o valor da força de trabalho e sua capacidade produtiva, independente da escolaridade. Para o trabalho abstrato, a seletividade do capital se dará nos termos em que julgar necessário contratar trabalhadores para as áreas financeira, contábil, de planejamento e desenvolvimento de tecnologias, pessoal que fará a aplicação de conhecimento científico com vistas ao aumento da produtividade e à gestão de pessoas. Um número, muitas vezes, menor, de trabalhadores desse nível será necessário para realizar a produção em uma indústria, haja vista que a força de trabalho de produção direta, que será em maior número que a outra, será comandada como coisa, ou um braço de máquina. Essa seletividade resultará em diferenças de valor de salários pagos, utilização da força de trabalho adequada a cada cargo, numa produtividade cada vez maior e na manutenção e/ou aumento da mais valia.

No discurso da “qualificação” está contida a responsabilidade do trabalhador em se ajustar às novas demandas de formação para o trabalho passando de vítima a causador do próprio desemprego. Além das políticas públicas de oferta de cursos profissionalizantes, pois o Estado passa a agir no sentido de dotar os trabalhadores de maior qualificação, emerge, também, um mercado que logo se torna um meio de reprodução do capital no ramo da oferta de cursos profissionalizantes. No entanto, é importante lembrar o que afirma Manfredi (1998);

Há, sem dúvida, uma valorização da educação formal no discurso, mas na realidade esta é exigida para os cargos mais altos da hierarquia associada a uma supervalorização do conhecimento técnico – científico e desvalorização do conhecimento prático (MANFREDI, 1998, p. 20).

Não se está dizendo com isso que a qualificação é desnecessária ou banal. Ela se tornou um contra recurso para a obtenção do emprego em alguns setores da economia, como por exemplo, nos cargos diretos da produção industrial, para os quais ainda prevalece a contratação de força de trabalho desqualificada e barata. O valor agregado à força de trabalho, advinda da qualificação profissional, se

tornou um obstáculo para a contratação, predominando a contratação pela experiência relativa e pelo conhecimento tácito. Assim, de acordo com Kuenzer (2003):

De modo geral, a inserção no espaço laboral, através dos estágios ou do emprego, contemplava a dimensão tácita do conhecimento, supervalorizando o saber fazer sobre o conhecimento científico e a parte sobre o todo, de modo a tornar corriqueira a denúncia dos alunos sobre a inutilidade da formação teórica, reproduzida pelos profissionais de recursos humanos que privilegiavam a experiência como critério de seleção (KUENZER, 2003, p. 49).

Para o desenvolvimento da análise foi utilizada a metodologia do estudo de caso e privilegiou-se a apresentação dos resultados por meio da crítica entrecortada pela tessitura teoria-empiria. Foram aplicados 290 questionários aos trabalhadores da produção de alimentos em firmas cadastradas na Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), amostra correspondente a 20% do quantitativo total de empregados no setor. Foram selecionadas as unidades fabris em que, no cadastro na FIEB, constavam acima de 10 trabalhadores contratados. Assim, a amostra de indústrias resultou em 40 unidades. Foram entrevistados oito proprietários de fábricas, aqueles que se dispuseram a oferecer informações, e um representante sindical.

Para dar suporte à discussão sobre a escolarização, a legislação da educação foi analisada assim como são indicados os cursos e modalidades de ensino profissionalizante oferecidos em Vitória da Conquista – BA.

Os resultados indicaram que a maioria dos trabalhadores entrevistados possui poucos anos de escolaridade, mas contrariamente, isso não tem sido um impedimento de acesso aos postos de trabalho nas indústrias em apreço. Ao contrário, a baixa escolaridade tem sido um mecanismo de barateamento dos custos produtivos, pois, em geral esses trabalhadores realizam tarefas menos qualificadas e com baixos salários. Por outro lado, nessas condições, estão mais vulneráveis às formas exploratórias e precárias de trabalho. Há que se considerar, nesse contexto, que a baixa escolarização nunca foi um problema para a reprodução do capital, ao contrário, por meio dela se amplia o exército de reserva, fundamental para a regulação dos salários e dos postos de trabalho.

Os aspectos da escolarização do trabalhador da indústria e suas relações com a acumulação capitalista são o cerne do trabalho que ora se apresenta. Mais especificamente, aborda-se a condição do trabalho industrial conquistense e sua interface com a escolarização no modo de produção capitalista.

É importante iniciar a apresentação das ideias concernentes ao método adotado para elaboração dessa tese, afirmando que todo trabalho científico fiel a uma metodologia deve se ligar a uma determinada visão de mundo. Assim sendo, esse trabalho não se pretende neutro, mas sim, fora escrito para ser um instrumento da tarefa de analisar a realidade de maneira crítica, admitindo que a

totalidade⁴ é mais que a soma das partes e que, não obstante, carrega em si a força das singularidades da história e dos seus fragmentos.

O método dialético deu suporte à análise. Dessa maneira, impera a ideia de que o trabalho do pesquisador deve ter como pressuposto que as diferentes esferas que compõem o espaço geográfico, com suas contradições, materialidades e imaterialidades, que não devem ser analisadas de forma fragmentada e dissociada da historicidade. Isso requer a clareza da noção de totalidade, tão necessária à compreensão da realidade. De acordo com Moreira (2011):

[...] a formatação geográfica das sociedades é pensar o modo de integralidade da totalidade relacional do homem e do meio. O movimento de constituição dialética do que na síntese da teoria daqueles clássicos chamaremos níveis de estrutura, pontes de ligação, circuitos de reprodução e esquemas de regulação. Movimento estrutural-estruturante da totalidade homem-meio, formado de cinco níveis, cinco pontes de ligação, circuitos de reprodução e dois esquemas de regulação. [...] no topo como um nível geral está a sociedade, articulada na sua estrutura interna pela ponte ligadora da reprodução global a partir da reprodução do metabolismo do trabalho (MOREIRA, 2011, p. 118).

Para Moreira (2012) o vetor do movimento apontado é o trabalho metabólico, visto por Marx (2013) como “o *intercâmbio intranatureza de forças que se dá entre os homens e os outros entes naturais*”. Deve-se, portanto, entender a totalidade como um sistema de forças, como movimento e como contradição. A análise do espaço geográfico deve considerar em todo o percurso os esquemas sob a forma de unidade. Segundo Kosik (2011);

A posição da totalidade que comprehende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (KOSIK, 2011, p. 41).

O espaço geográfico visto como a expressão da realidade – totalidade é expresso por meio das diferentes funcionalidades. A composição dos subespaços e os processos homogeneizantes são faces do espaço que compõem a unidade. Para tanto, a análise de base dialética deve revelar a verdadeira totalidade – mundo, rompendo ao mesmo tempo com a ideia de universalização, que segundo Harvey (2011, p. 323) “são onipresentes em todas as práticas”.

Em seu modo particular de estudar o espaço e a sociedade, a Geografia se ocupa de explicar as diversas relações estruturantes da realidade e, é com o aporte teórico da análise crítica e dialética que os estudos recebem e atribuem o sentido do que é produzido no contexto das relações capitalistas e na prática das empresas.

⁴ Totalidade, nesse trabalho, significa, segundo Kosik (2011) , a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, 2011, p. 44).

Para que seja possível analisar os componentes e os efeitos espaciais, sociais e econômicos da produção industrial, o olhar do pesquisador e seus estudos devem dialogar com a totalidade do espaço geográfico, mantendo em todo o percurso, as considerações necessárias para a compreensão das manifestações clássicas do modo de produção capitalista e de seus efeitos no trabalho, na produção de riquezas e da pobreza, da desigualdade e nas contradições que permeiam a vida humana.

As relações de produção definem todas as relações, inclusive as sociais, políticas e ideológicas. O modelo de propriedade dos meios de produção que predomina em determinada sociedade, resulta nas diferentes relações sociais entre os homens. Na sociedade capitalista — baseada na propriedade privada dos meios de produção — surgem e se desenvolvem classes antagônicas, e a luta entre elas se estende a todos os aspectos da vida social. Assim, a superestrutura se origina da infraestrutura econômica e é entendida como o conjunto de ideias políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas da sociedade e às instituições políticas, jurídicas e outras que lhes correspondem. O marxismo orienta que a infraestrutura capitalista apresenta a superestrutura que lhe é própria. A classe que domina economicamente domina também política e ideologicamente. Suas ideias e concepções são as que dominam nessa sociedade. As relações de poder emergem das relações econômicas e perpetram nas diferentes esferas da sociedade, naturalizando a formação econômica da sociedade em conformidade com o modo de produção estabelecido no período histórico vivido.

O percurso traçado na elaboração desse trabalho seguiu alguns passos que buscaram corresponder às expectativas da dialética. Assim, seguiu na direção da abstração dos determinantes fundamentais da totalidade observada, transitando entre o concreto e o abstrato. Segundo Marx (2008) “[...] elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues (MARX, 2008, p. 258)”.

Um segundo passo, de caminho inverso, partiu do abstrato em direção ao concreto, reinserindo os determinantes que foram abstraídos no passo anterior, para que o retorno ao concreto se desse sob um olhar transformado qualitativamente para a compreensão da totalidade.

Se o ponto de partida é um pensamento, de certa forma, caótico, é necessário que se realize as abstrações e determinantes fundamentais para depois alcançar ao concreto. Dessa feita, o método dialético consiste em transitar do abstrato para o concreto, retornar ao abstrato e reproduzir mentalmente o concreto (MARX, 2008, p. 259).

É como se, ao final de um trabalho realizado, olhássemos para uma mercadoria não simplesmente como uma mercadoria, mas sim como o resultado de relações que se imbricam

historicamente. A mercadoria reflete trabalho e relações sociais, transformação da natureza e produção de mais valia. Assim, ela é o produto final de um complexo processo produtivo resultante das formas de trabalho, da acumulação de capital, da tendência de afastar o trabalhador da riqueza que ele mesmo produz, do enriquecimento dos donos dos meios de produção. É essa a compreensão almejada quando se localizam os determinantes fundamentais da totalidade observada.

Para Kosik (2011):

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno (KOSIK, 2011, p. 15).

Ao iniciar um trabalho de pesquisa o primeiro passo deve ser a cisão entre elementos essenciais e secundários. Nesse passo, toma-se a consciência da totalidade, que indica o conteúdo de diferenciados fatores, concebendo o objeto de pesquisa e as suas relações determinantes.

Na medida em que se analisa a essência dos fenômenos, mais o aspecto caótico começa a se desfazer para dar lugar aos nexos causais de uma totalidade que se refaz permanentemente, obedecendo à lógica do modelo produtivo. A compreensão dialética da totalidade (realidade racionalmente conhecida) pressupõe que se concebe o real como um todo estruturado que se desenvolve e se cria (Heráclito, Hegel e Marx). Ademais, a totalidade abarca as partes e só se realiza quando há interação entre elas.

No estudo ora apresentado, a escolarização do trabalhador da indústria conquistense é parte da totalidade do trabalho e da produção de mais valia na indústria, que por sua vez se inter-relaciona com o modo de produção capitalista. Essa reflexão é fundamental para que a análise seja compreendida e que se realize na direção da crítica pretendida.

A investigação da realidade na perspectiva dialética, antes de tudo, requer a compreensão de cada parte como aspecto de um todo, que é um fato histórico na medida em que desempenha uma função no conjunto, sendo também uma totalidade. Segundo Kosik (2011), cada parte seria um sistema, elementos que exercem entre si uma influência recíproca.

O todo preside a parte e, sendo assim, podemos exemplificar dizendo que o capitalismo mundial dirige as ações regionais e locais. Assim, as mudanças e permanências do modo de produção capitalista se revertem em influências para a região e o local, haja vista o seu papel na divisão internacional do trabalho, na extração de matéria prima, na formação de mercado consumidor que cria e modifica os lugares. Em escala local, encontram-se as diretrizes da escala mundial, assim como um trabalhador representa um momento do trabalhador coletivo. No entanto, não se deve considerar a

parte como correspondência direta do todo sem que se analisem os elementos mediadores do processo que muitas vezes, encobre e revela, ao mesmo tempo, a totalidade (MARX, 2013).

O trabalho humano e sua produtividade revelam a produtividade do capital; as classes dominantes locais são demonstrativas das classes dominantes nacionais e globais; a objetivação do homem e a completa subjetivação das coisas. Essa condição comprova que o todo e as partes estão interligados e que a totalidade se expressa por seus momentos, movimentos, fragmentos e sua concretude. Segundo Santos (2004);

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não são as mesmas partes correspondentes à Totalidade A. São diferentes. As partes de A ($a^1 a^2 a^3 \dots a^n$) deixam de existir na totalidade B; é a totalidade B, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B ($b^1 b^2 b^3 \dots b^n$). E não são as partes $a^1 a^2 a^3 \dots$ que se transformam em $b^1 b^2 b^3 \dots$, mas a totalidade A que se transforma em totalidade B (SANTOS, 2004, p 115-116).

Diante do exposto, o método dialético e a sua principal categoria de análise, a totalidade, oferecem diretrizes para a explicação de dada realidade na perspectiva do movimento das relações sociais e da sua dinâmica global e estrutural. Esse movimento indica a necessidade de compreensão da realidade como fato histórico, em dado momento, haja vista que as partes que compõem o todo, se retroalimentam e se modificam continuamente, formando novas partes e novas realidades concretas.

Em Vitória da Conquista/BA existe uma oferta considerável de cursos profissionalizantes e Técnicos, oferecidos por instituições privadas e pelo Instituto Federal. Os cursos denominados de “profissionalizantes” não exigem escolarização mínima. São cursos aligeirados, com duração de 3 meses a 1 ano e, segundo informações colhidas em conversa com agentes de matrículas das unidades que vendem os cursos, “o mercado selecionará se deseja um trabalhador com formação escolar básica ou não”. Esses cursos têm mensalidade média em torno de R\$ 190,00 ou valores estipulados “por curso”, variando de R\$ 300,00 a R\$ 1.000,00.

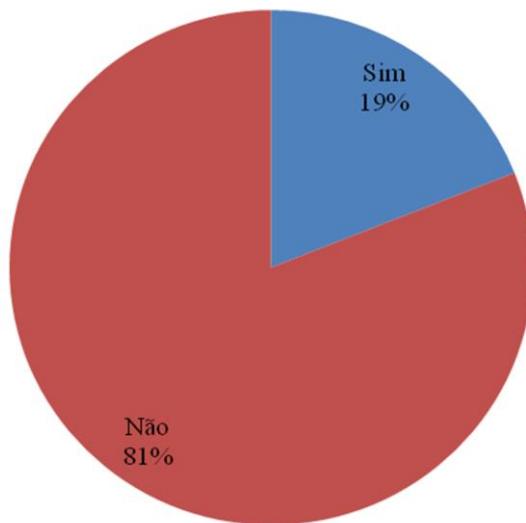
Os cursos Técnicos oferecidos em instituições privadas são conhecidos por requererem a formação de ensino médio como pré-requisito para ingresso ou para ser diplomado, até o final do curso. Assim, o ingresso também é permitido para alunos que não concluíram o ensino médio mas que o façam até o final da formação técnica. No âmbito da educação estadual baiana, há oferta de cursos de educação profissional na modalidade integrada e subsequente em Vitória da Conquista, em duas unidades gerenciadas pela Diretoria Regional de Ensino, NRE 20 (DIREC- 20). Uma unidade é o Anexo do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Adélia Teixeira, situado no Bairro

Candeias. A outra unidade é o Centro Territorial de Educação Profissional de Vitória da Conquista (CETEP), instalado no campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A oferta de cursos técnicos em unidades privadas ou públicas de ensino em Vitória da Conquista – BA, não significa, em si, que os trabalhadores terão acesso aos cursos, seja pela falta de dinheiro para arcar com as mensalidades ou de estímulo para participar dos programas de isenção ou mesmo de ingressar nos estudos. Assim, de acordo com as informações coletadas junto aos trabalhadores, a maioria declarou nunca ter realizado nenhum curso técnico ou profissionalizante (GRÁFICO 1).

As justificativas para a não realização de cursos variaram entre a falta de recursos financeiros ou falta de tempo, além de uma parte relatar que não há exigência de saberes aprendidos em cursos para que a contratação se efetive. Um dado confirma essa afirmação e diz respeito ao local de aprendizagem do trabalho que realizam.

Gráfico 1: Percentual de trabalhadores que realizaram cursos Técnicos e/ou Profissionalizantes.



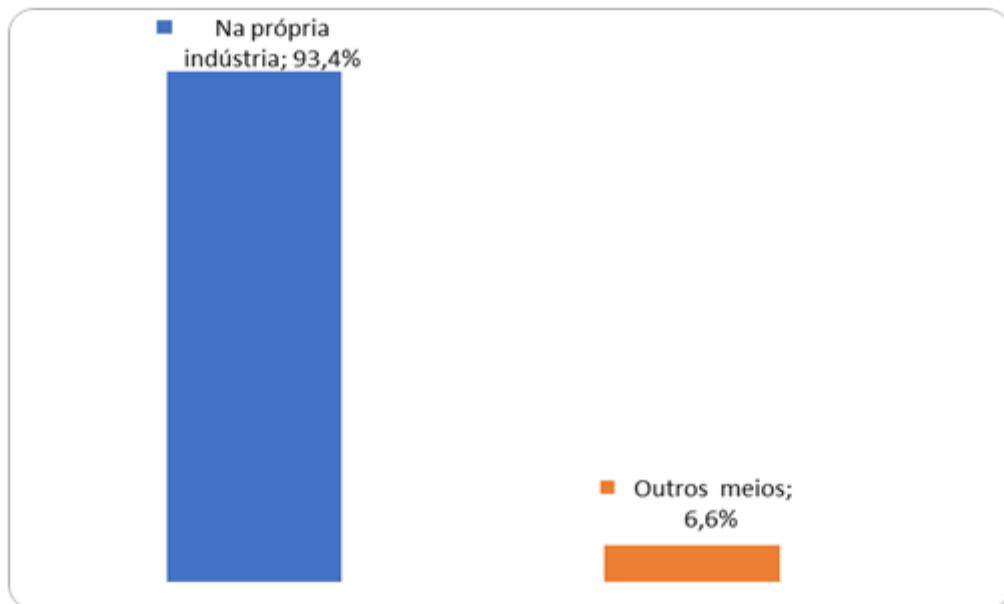
Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora 2017.

Por isso, na contramão da oferta de cursos, pagos ou gratuitos, estão os trabalhadores da indústria alimentícia de Vitória da Conquista – BA e, participantes da pesquisa. No universo de trabalhadores que participaram desta pesquisa, 92% disseram nunca terem trabalhado anteriormente em alguma empresa do ramo alimentício, enquanto apenas 8% disseram que sim.

Vale ressaltar que, nem mesmo para seu atual emprego, houve a necessidade de cursos profissionalizantes, uma vez que as funções desempenhadas nas fábricas do setor alimentício exigem apenas um treino prático, sendo uma atividade, muitas vezes, de pura repetição, como no processamento de frangos abatidos, por exemplo, em que existem funções distintas como depenar, cortar, embalar, etc., funções realizadas por cada indivíduo em seu próprio posto.

Os próprios funcionários (93,4% dos trabalhadores pesquisados) declararam, em resposta à pergunta “Onde aprenderam o ofício que realizam atualmente?”, que foram treinados na própria indústria, sem a necessidade de um curso de formação. Esse número bastante expressivo demonstra que não há a necessidade ou mesmo a exigência de experiência na área ou comprovação em carteira, como costuma ocorrer em outras áreas/setores do mercado/comércio (GRÁFICO 2). Nesse item, o trabalho que se materializa na produção de alimentos não está relacionado à realização de nenhum curso.

Gráfico 2: Local de aprendizagem do atual ofício.

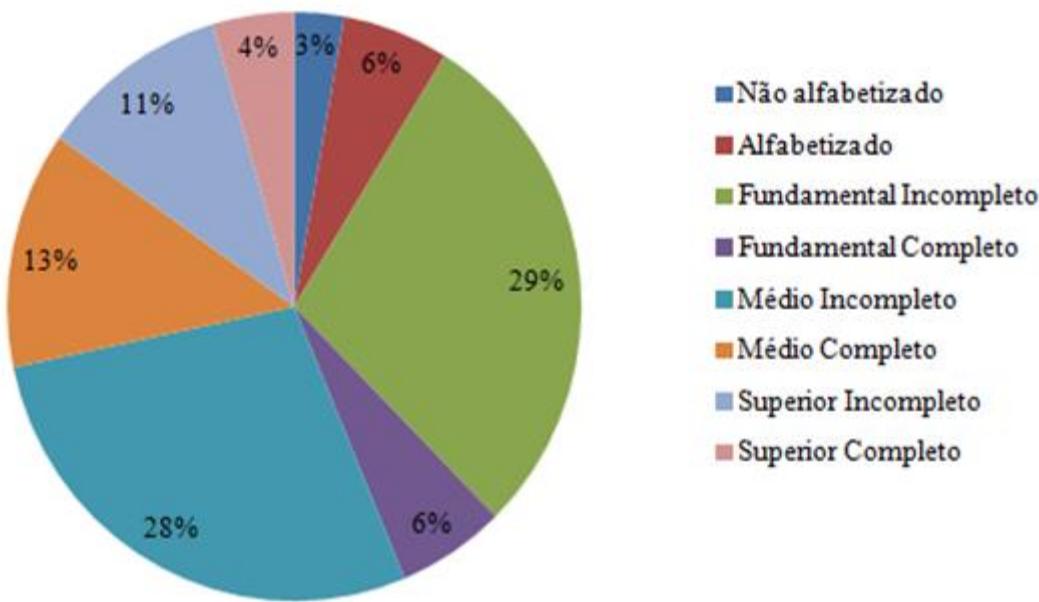


Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora 2017.

Nas indústrias de biscoitos fica evidenciado o uso do conhecimento tácito passado através das gerações e que serve perfeitamente aos anseios dos proprietários das indústrias que desejam ter um trabalhador hábil no preparo de massas e no manuseio de fornos. Entre conhecimento tácito e conhecimento científico, emerge a divisão do trabalho industrial que produz a diferenciação entre trabalhadores especializados e não especializados. Assim, o valor do trabalho diminui, acarretando um crescimento direto da mais-valia aumentando significativamente a produtividade. Contradicitoriamente, convivem percebendo os mesmos salários, alguns profissionais com mais anos de escolarização que a média, apesar da predominância do emprego no setor de produção de alimentos ser de trabalhadores com Ensino Fundamental e Médio Incompletos. Essa diferenciação de anos de escolarização não interfere no valor pago pelo trabalho, haja vista que, na prática, o que ocorre é a fixação de uma taxa sobre o trabalho realizado e não sobre o valor que receberia aquele trabalhador que estudou por mais tempo.

Outra questão bastante relevante na constituição da classe de trabalhadores do setor alimentício do município é a sua formação escolar, o nível de escolaridade desse profissional. Dessa forma, de acordo com as informações coletadas, a escolarização desses trabalhadores é bastante diversa (GRÁFICO 3), indicando, portanto, que não há exigência quanto à formação profissional em área específica, coexistindo nesses espaços indivíduos com níveis diferentes de formação escolar, mas que exercem uma mesma função e percebem o mesmo salário.

Gráfico 3: Escolaridade dos trabalhadores da Indústria Alimentícia de VCA-BA.



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora 2017.

De acordo com os dados, há nessas fábricas indivíduos não alfabetizados (2,8%), representando a menor parcela e, quase sempre, ocupando as funções ligadas aos serviços gerais e manutenção dos espaços, além de realizarem, também, atividades diretas de produção, acompanhados dos 6,0% que se declararam apenas alfabetizados. Aqueles trabalhadores que apresentam Ensino Fundamental e Ensino Médio, incompletos, representam maior número, 29% e 28% respectivamente, e os que cursaram Ensino Fundamental e Ensino Médio completos, 6,1% e 13% respectivamente. Quanto aos indivíduos em Nível Superior de ensino, 10,7% não concluíram essa etapa dos estudos e apenas 4,4% dos funcionários entrevistados o fizeram (GRÁFICO 3).

Vale ressaltar que, de acordo com informações obtidas junto à administração das fábricas, essas empresas optam por funcionários que tenham cursado até o Ensino Médio, visto que a contratação de pessoal com nível superior pode representar aumento em suas despesas, uma vez que a remuneração tende a ser maior.

A contradição reside no fato de que a maior parte dos trabalhadores da produção apresenta baixa escolaridade, seguido por um quantitativo expressivo, quase semelhante ao de trabalhadores com ensino médio incompleto e completo. Segundo Kuenzer (2003);

É importante destacar, ainda, que se está tomando como pressuposto que as formas históricas de organização e gestão da força de trabalho com vistas à realização da acumulação não se superam por substituição, mas sim por incorporação, gerando novas formas de combinação entre os setores dinâmicos e os precarizados, de modo a combinar diferentes modalidades de uso da força de trabalho que por sua vez demandam diferentes competências. A partir desta compreensão, os processos precários de desenvolvimento de competências através de projetos escolares e não escolares não representam um desvio, um problema a ser enfrentado, mas refletem a própria lógica de um regime de acumulação, cujos ganhos de produtividade são cada vez mais reduzidos (KUENZER, 2003, p. 47).

A combinação de diferentes modalidades de uso da força de trabalho de que trata Kuenzer (2003) se refere ao fato de que, precarizado e submetido ao controle de forças do capitalismo, os trabalhadores, independentemente de sua formação, buscam a sua colocação onde o emprego está. Por esse motivo, os três níveis de escolaridade, predominantes na área de produção das indústrias pesquisadas convivem pacificamente, realizando as mesmas tarefas. O conhecimento de um é passado para o outro, no cotidiano do trabalho, e essa “retroalimentação” forma um novo conhecimento.

Não há hierarquia pela escolarização, há um grupo que realiza suas tarefas sob o ar cauteloso que os supervisiona. Esse grupo de trabalhadores recebe 1,2 do salário mínimo pelas 8 horas realizadas ao dia. O que importa, então, nessa realidade, não é a formação escolar e sim o *saber fazer derivado da experiência*⁵. Convivendo e realizando o mesmo trabalho, os operários da produção de alimentos, precisam, de fato, saber apenas manejá-las máquinas e aproveitar bem a matéria prima para que o produto seja fabricado em graus de excelência compatíveis com os ideais da empresa. Não há valor diferenciado pago pela escolarização diferenciada. O saber fazer se sobrepõe a isso. Todos recebem o mesmo salário. Assim, se o conhecimento tácito funciona bem, não há o que se discutir.

Na produção dos alimentos, aquele trabalhador que cursou o ensino médio não recebe a mais por isso, pois o capital faz uso da sua força de trabalho e não do seu conhecimento científico. Sendo assim, considera-se que o saber teórico, nesse setor da fábrica, seja inútil? Em resposta, analisa-se o processo alienante do trabalho assalariado. Segundo Harvey (2008);

Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias –primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condição de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas,

⁵ O saber fazer derivado da experiência para além das atividades intelectuais, ideias extraídas de KUENZER, A. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3, maio/ago. 2002.

bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho (HARVEY, 2008, p.119).

O paradoxo se verticaliza ainda mais quando se percebe que é exigido cada vez mais conhecimento técnico e científico do trabalhador. A pressão e a cobrança pelo estudo e qualificação estão presentes nos discursos dos gestores e dos proprietários dos meios de produção. Eles falam da qualificação em conhecimentos gerais ou específicos, do curso no ensino fundamental, médio ou superior, mas de fato, a que qualificação os donos dos meios de produção se referem?

Na realidade pesquisada, o *fetiche* da educação foi confirmado. Em meio a trabalhadores com diferentes níveis de escolaridade, executando a mesma função, pode-se confirmar o que Nidelcoff (1978, p. 15) defende “[...] a escola, como instituição, não apenas não tem poder para modificar a estrutura social como, mais do que isso, geralmente sustenta e confirma essa estrutura”.

A escola é controlada pelo Estado, os conteúdos e as avaliações também o são. As relações de poder e de controle são estimuladas pelo Estado quando esse delega aos professores, em sala de aula, o “cajado” da distribuição das notas e das punições. A escola torna-se instrumento de controle via Estado e acaba por criar rotinas que, muitas vezes, não coincidem com os interesses dos estudantes, não colaboram para a formação crítica e de consciências, restando ao estudante, futuro trabalhador, uma formação precária, superficial e sem vínculo algum com a possibilidade de libertação. Por esse motivo, surge uma ambiguidade: estudar para a manutenção do *status quo* ou abandonar os estudos para se ocupar apenas do trabalho, também precarizado e mecânico da fábrica.

É fato que o modo de produção necessita de trabalhadores que não estejam exatamente capacitados, mas “adestrados” à repetição daquilo que se faz necessário durante a produção de determinado item ou para o exercício de uma função qualquer. É intrigante a dualidade da aplicação do adjetivo capacitado no que se refere ao contexto do trabalho; como se afere o nível de capacidade de um trabalhador? Quais os critérios utilizados para classificar um trabalhador como capaz ou não, apto ou inapto para uma determinada função? Percebe-se que de certa maneira isso é reflexo da propagação das ideias capitalistas desde os tempos em que o modo de produção era mais primitivo se comparado à aplicação hodierna; ou seja, se nos períodos do auge do taylorismo e do fordismo um determinado trabalhador era treinado para exercer uma determinada função ainda hoje isso se aplica, pois a ‘capacitação’ ou ‘qualificação’ do trabalhador é pensada, quase que unanimemente, para a atribuição de uma função, cargo ou área específica, não se pensa numa formação integralizada ou mais abrangente, que possibilite a esse indivíduo e exercício de funções diferentes ou ofereça a ele o mínimo de base possível para ter noções de outras funções dentro do processo produtivo no qual ele está inserido; isto é, o detentor do meio de produção poderia preparar o trabalhador de uma forma mais ampla (quando a função que ele, em tese, assumirá, necessita de uma formação prévia ou treinamento

por parte da empresa ou por outras instituições) para que, além da função que a ele será atribuída ela possa, caso haja necessidade, conhecer outras áreas e quem sabe fazer outras coisas dentro de todo aquele processo, mas toda essa lógica impactaria num ponto chave dentro do processo produtivo que diz respeito ao preço da força de trabalho.

A falta de estímulo das indústrias à qualificação, o que resulta em ausência de condições para se estudar tais como incentivos financeiros e disponibilidade de tempo, amplia perspectiva negativa de aumento de salário e renda, fazendo com que o trabalhador não se sinta estimulado a melhorar. Obviamente, um trabalhador mais qualificado custa mais dentro do processo produtivo do que um não tão qualificado. O trabalhador melhor preparado poderia exigir mais, em termos de benefícios, justamente pela sua qualificação, enquanto um que está apto apenas a uma única função fica restrito, pois, caso não queira mais exercê-la (ou não consiga, por uma infinidade de razões) muito provavelmente ele será descartado dentro do processo de produção; quer dizer, é a materialização da mais-valia dentro do contexto da capacitação ou qualificação do trabalhador englobando toda a lógica do mercado de trabalho.

Considerações finais

A discussão em torno da escolarização e da qualificação do trabalhador não pode ser feita sem que se trate a respeito da formação de força de trabalho para a indústria, pois existe um consenso social a respeito dessas questões e que pairam sobre todo o discurso acerca do emprego ou do desemprego. Em vários países foram elaboradas propostas no contexto do modo de produção capitalista, nas quais a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico estava claramente atrelada à ideia de educação, escolarização e qualificação.

Em se tratando do pacto entre capital e trabalho, o contexto da acumulação flexível fez entender que o trabalhador polivalente e flexível deveria se qualificar e ascender intelectualmente para que conseguisse a melhor colocação no mercado de trabalho. Esse é um fato considerável, pois o sistema capitalista que rege o trabalho acaba por tecer estratégias em todas as facetas da vida de forma que seja atendido na sua lógica de obtenção de ganhos e lucros.

O capitalismo é um sistema flexível no que diz respeito às adaptações que ele faz para que o lucro seja alcançado em largas proporções; sendo fato que, em vários períodos da história aconteceram crises, algumas mais severas que outras, e também é fato que dentro do capitalismo as crises são cíclicas, em parte por conta das adaptações e reestruturações que o sistema exige, em parte e, em grande medida, por conta de problemas permanentes e crescentes, que fez emergir a crise estrutural. Na relação entre o capital e a educação não seria diferente. O modelo de educação que se

desenvolve em boa parte do mundo assim está organizado para servir ao capital e, sobretudo, para contribuir na formação de força de trabalho.

O modelo escolar ocidental reforça a reprodução da estrutura de classes impostas pelo capitalismo e, em muitos países, a recusa de se implantar reformas estruturais no modelo educacional e aplicar pesados investimentos também se deve a isso. Alia-se o fato de que um sistema educacional deficitário também ajuda a fortalecer a vigência dos grupos políticos que se revezam no poder, visto que uma formação frágil e segmentada facilita a alienação e a manipulação política das massas (sendo o Brasil um claro exemplo disso).

Na busca do trabalho para a sobrevivência, o trabalhador encontra a força do capital que, muitas vezes reforça a sua condição de pouco escolarizado ou, por outro lado o responsabiliza pela baixa qualificação e pelo salário baixo que recebe. O capital impele o indivíduo a um suposto crescimento para que esse deseje atingir melhores cargos e salários, mas ao mesmo tempo se serve da sua ignorância e baixa escolarização.

Nessa direção, a formação ou a qualificação para o mercado de trabalho, torna-se sinônimo de possibilidade de conquistar melhores posições ou colocações no mercado de trabalho, mas nem sempre esses trabalhadores encontram as possibilidades para se desenvolverem intelectualmente, ou mesmo enxergam garantias de melhoria de cargos ou de renda após a qualificação.

Considerando, então, todo o contexto analisado e a pesquisa realizada, os resultados indicaram que a maioria dos trabalhadores entrevistados possui poucos anos de escolaridade, mas que, contrariamente, isso não tem sido um impedimento de acesso aos postos de trabalho nas indústrias de alimentos, em Vitória da Conquista/BA. Ao contrário, a baixa escolaridade tem sido um mecanismo de barateamento dos custos produtivos, pois, em geral esses trabalhadores realizam tarefas menos qualificadas e com baixos salários. Por outro lado, nessas condições, estão mais vulneráveis às formas exploratórias e precárias de trabalho. Há que se considerar, nesse contexto que a baixa escolarização nunca foi um problema para a reprodução do capital, ao contrário, por meio dela se amplia o exército de reserva, fundamental para a regulação dos salários e dos postos de trabalho.

Conclui-se que o discurso neoliberal de valorização da qualificação da força de trabalho, via valorização do capital humano, no contexto da reestruturação produtiva não se aplica ao trabalhador da produção industrial alimentícia conquistense, haja vista que o setor não contrata trabalhadores com formação superior, mantendo, assim os baixos salários e as pequenas ou quase inexistentes oportunidades de ascensão na carreira.

Referências

- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2^a Ed., 9^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- KUENZER, A. Z. *As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações*. Educar, Curitiba, Especial, p. 43-69, 2003. Editora UFPR.
- KUENZER, A. Z. *As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível*. Texto apresentado na reunião anual da ANPEd, - GT Trabalho e Educação, 2007.
- MANFREDI, S. M. *Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas*. Educação e Sociedade. São Paulo, ano XIX, n. 64, set. 1998.
- MARX, K. *A alienação do trabalho in Manuscritos econômico-filosóficos*. Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital, volume I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013 [1867].
- MÉSZÁROS, István. *Educação Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOREIRA, Ruy. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- NIDELCOFF, M. T. *Uma escola para o povo*. São Paulo: Cortez, 1978.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAVIANI. Dermeval. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2019.
- SOUZA, Reivan M. *Controle capitalista e reestruturação produtiva: o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP)*. Maceió: EDUFAL, 2011.